

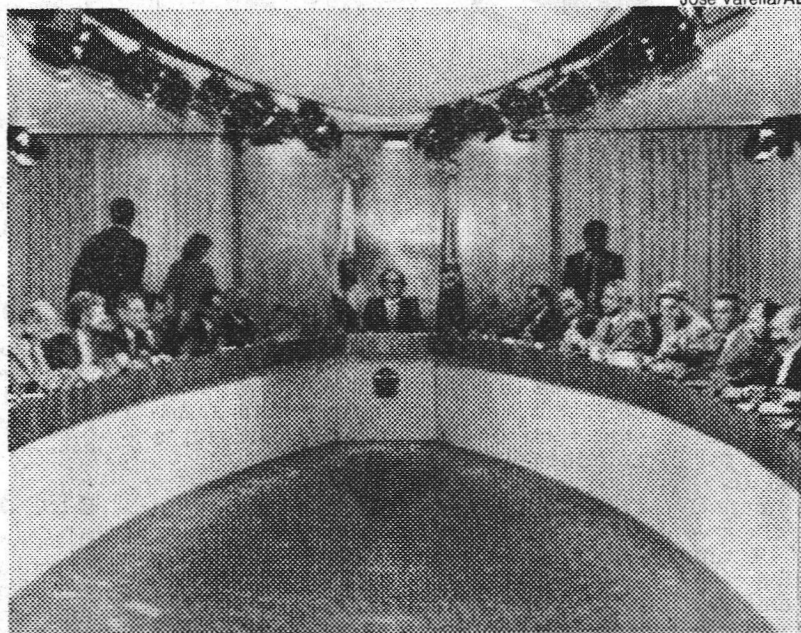
Economia Brasil Governo propõe nova política para tarifas

Reajuste de preços públicos com base nos custos das estatais foi uma das propostas para baixar a inflação levadas à reunião sobre política salarial

BRASÍLIA — Foi adiada para quarta-feira a decisão sobre a política salarial de emergência. Para a reunião de quase quatro horas com representantes dos empresários e sindicalistas, ontem no Palácio do Planalto, o governo levou uma "agenda mínima para entendimento" com seis pontos que contribuiriam para compensar o baixo índice de reajuste dos salários. Mas ninguém falou em novo índice em substituição ao projeto de lei aprovado no Congresso, fixando em 100% da inflação o percentual de aumento, que será vetado pelo Executivo. Amanhã, em São Paulo, técnicos dos setores envolvidos no entendimento voltam a conversar para preparar a reunião de quarta.

Entre as propostas feitas aos sindicalistas para atenuar a inflação está a mudança da política de reajuste das tarifas públicas. Caso haja acordo na nova reunião, as tarifas deixarão de ser reajustadas pela inflação e passarão a subir apenas com base nos custos das empresas. "Será o fim da festa das estatais", comentou uma fonte governamental presente ao encontro.

"O governo entende que a questão salarial deve ser vista em um contexto mais amplo", iniciava a nota antes de apresentar os assuntos considerados prioritários na discussão do entendimento (ver ao lado). Os sindicalistas e empresários acrescentaram, durante a reunião, outros pontos: reforma fiscal, mudanças na Previdência, projetos para a Saúde e reforma agrária. Na proposta de duas pá-



José Varella/AE

Decisão adiada

Reunião entre governo, sindicalistas e empresários adia para 4ª-feira definição sobre nova política salarial

ginas, distribuída para os participantes da reunião, o governo afirma que já apresentou um plano econômico, o Plano de Ação Imediata, e agora esperava "aprofundar as propostas do PAI e a ele incorporar uma política salarial que preserve o salário real e o emprego".

Ao final da reunião foi divulgada uma nota conjunta a pedido do presidente Itamar Franco. Ele teme que a demora na definição da nova política sala-

rial provoque novas ondas de remarcação de preços. "Temos de chegar a uma solução o mais rápido possível", disse Itamar. As centrais sindicais, líderes empresariais e o governo "concordaram todos que o País exige um esforço conjunto a ser desenvolvido pelos trabalhadores, empresários, Congresso e governo nos próximos dias capaz de integrar o Brasil no combate à inflação, na defesa do poder de compra dos trabalhadores e na

ampliação das disponibilidades financeiras do Tesouro Nacional".

Na nota ressalta que na quarta-feira serão discutidas "medidas objetivas" e que está descartado "o exame de qualquer proposta de choque, prefixação ou quebra das regras vigentes".

Estaca zero — O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, à saída da reunião avisou que, se o governo insistir no índice de 60% da inflação para os reajustes mensais, as negociações não avançarão. "Volta à estaca zero", alertou. O presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, disse que saiu "frustrado" com a indefinição da política salarial de emergência. Se não houver uma decisão sobre salários, outros pontos da agenda para entendimento podem nem ser discutidos, disse. "Essa indefinição aumenta as incertezas e é ruim para o País."

Os ministros não quiseram discutir índices na reunião de ontem, sob a alegação de que não adianta debater percentuais, se não há recursos para bancar os pagamentos. "Não somos fariseus", insistiu o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. "Ou ampliamos os recursos, ou nós vamos dizer não a tudo isso aí". O ministro da Previdência Social, Antônio Britto, bateu na tecla de que é preciso "alargar o chão" até se alcançar um acordo sobre os reajustes mensais.